



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

Ata da Reunião Ordinária do COPED/PR – 04/03/2022.

No quarto dia do mês de Março do ano de 2022 às 09:00, em ambiente virtual por meio do link disponibilizado via *e-mail* e presencialmente na Sala de Reuniões do 7º andar do Palácio das Araucárias – SEJUF, iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos – COPED com transmissão ao vivo via *Youtube* da SEJUF e página do *Facebook* do COPED. Fizeram-se presentes os (as) **Conselheiros (as) Titulares Governamentais:** Amaro Carvalho (SEJUF), Aurélio Munhoz (Associação dos Municípios), Anderson Rodrigues Ferreira (OABPR). **Conselheiros(as) Suplentes Governamentais:** Claudio Marques Rolin e Silva (SESP). **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Clau Lopes (APP Sindicato), Marcel Jeronymo Lima Oliveira (Grupo Dignidade), Bruna Ravena Braga dos Santos (Associação de Travestis e Transsexuais de Foz de Iguaçu - Casa de Malhu), Rute Regina Alves (ACTEP), Leonildo José Monteiro Filho (Movimento Nacional da População em Situação de Rua). **Conselheiros (as) Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Jorasi Matias Borges (Associação de Apoio a Moradia de Braganey), Delton Aparecido Felipe (ABPN - Maringá); Jucimeri Isolda Silveira (CRESS); Waleiska Emília Fernandes Figueira (SINDIJOR/PR), Léo Ribas (Liga Brasileira de Lésbicas - LBL/PR). **Convidados/Colaboradores:** Thales Zaboroski; Luiz Calhau; Giovana Kucaniz (MP-PR); Jhonatan Sá (TJ-PR); Jane Vasques (SEJUF), Roselene Sonda (Assistente Social do CAOPJDH MPPR); Maria Eduarda Janotto (DEDIF/SEJUF); Victoria Dolra Matsuda (MPPR); Karoline Nascimento (DPE). **Justificativa de Ausência:** Não houveram justificativas de ausência. **1. Abertura:** Inicialmente, o presidente Marcel registrou a presença dos (as) conselheiros (as) que estão presencialmente na Secretaria de Justiça, Família e Trabalho e deu sequência para aprovação da pauta. **2. Aprovação da pauta:** O presidente Marcel solicitou que o ponto de pauta '10. Aumento da Tarifa de Ônibus de Curitiba' seja antecipado, pois o técnico responsável pela fala tem um horário limitado. A pauta foi aprovada sem demais objeções. **3. Aprovação da ata da Reunião de Fevereiro/2022:** A Secretaria-executiva realizou previamente o envio das atas via *e-mail* e eventuais alterações



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

deverão ser enviadas por meio deste. Não houve nenhuma solicitação de alteração da ata e esta foi aprovada pelo pleno. **4. Informes dos Conselheiros e Conselheiras:** A conselheira Leo Ribas informou que houve uma Audiência Pública no último mês para trazer o LesboCenso para o Estado do Paraná, contando com a presença do Comissão de Direitos Humanos da ALEP e outros órgãos governamentais, conseguindo assim, contato com o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, Secretaria de Justiça, Secretaria de Saúde e Assistência Social para que se possa colocar cartazes do Lesbocenso nas Unidades Básicas de Saúde, CRAS, CREAS, Delegacias e especialmente no Departamento Penitenciário serão realizadas visitas *in loco* com intuito de fazer rodas de conversas e preenchimento dos formulários. Visto isso, Leo solicitou que o COPED possa atuar em conjunto nesta reta final de coleta de dados - que vai até o fim de Abril. Além disso, será realizado o 8M na próxima terça-feira com uma série de eventos - rodas de conversa e oficinas nas periferias, ocupações e RMC. Especificamente no dia 08 de Março será realizado um ato na Praça Santos Andrade, começando às 16:30 e a saída da marcha às 18:30 pedindo menos violência e #ForaBolsonaro também. No dia 13 de Março haverá o Dia de Rainha e oficinas formativas durante todo o mês na UFPR, nas praças, nas ocupações e etc. A conselheira Rute informou que a mobilização e diálogo com outros órgãos a questão do ensino domiciliar, este que ainda não foi barrado no Estado do Paraná e infelizmente continua avançando. O conselheiro Leonildo informou que o MP e MNPR irão realizar uma roda de conversa no dia 07 de Março na Associação do Ministério Público para ouvirem as mulheres em situação de rua, convidando assim, todos e todas a participarem. A conselheira Jorasi informou que o Movimento Nacional de Luta pela Moradia juntamente com a União Nacional Moradia Popular, Central de Movimentos Populares e a Confederação Nacional da Associação de Moradores estão com um Projeto de Lei na Câmara Federal sobre a Autogestão em Moradia. Foi deliberado entre os Movimentos que seriam realizadas Audiências Públicas em todo Brasil, mas no Paraná começou na frente, onde no dia 18 de Fevereiro foi realizada uma audiência na Câmara Municipal de Cascavel e hoje (04) na Câmara Municipal de Pato Branco será realizada a segunda audiência. Visto isso, Jorasi convida a todos e todas a participarem das audiências, as próximas serão: 04/03 - Pato Branco; 18/03 - Irati; Bandeirantes; Assembleia Legislativa do



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

Paraná. **5. Informes da Secretaria-executiva:** A sec. Jane informou que a secretaria-executiva está sendo ajustada após as recentes mudanças e que será criada uma pasta no *drive* do COPED somente para 2022 para não misturar os documentos. Por fim, Jane indicou que se forem necessários quaisquer ajustes nas pautas, os (as) conselheiros (as) podem ligar para ela para realizar as alterações. **10. Aumento da Tarifa de Ônibus de Curitiba (pauta adiantada):** Diante do recente aumento da passagem em Curitiba foi convidado o engenheiro Luiz Calhau para debater o assunto. Em seguida, outro convidado, Thales Zaboroski indicou que o ato anterior foi em caráter de urgência e que os próximos atos contarão com mais organizações, sindicatos e OSC's para somarem nos próximos atos, pois não somente estudantes que serão atingidos pelo aumento da passagem. O ato foi extremamente pacífico com auxílio da Capitã da PM que supervisiona a Região Central de Curitiba. Para além do ato, serão realizadas visitas às escolas e universidades para tratar de uma pauta histórica: o Passe Estudantil. Este que atualmente é extremamente dificultado pela URBS solicitando diversos documentos desnecessários para comprovação e aquisição deste direitos dos estudantes. Por fim, Thales convidou a todas e todos para participarem das reuniões do Conselho Estadual da Juventude que acontece em todas as últimas segundas-feiras do mês. Em sequência, Luiz Calhau agradeceu o convite e indicou que o aumento da tarifa vem dos moldes clássicos de aumento de tarifas, a Prefeitura argumenta que aumentaram os custos e diminuíram os passageiros, tendo a tarifa congelada desde 2019, argumentos estes que não são diferentes dos aumentos de tarifa que acontecem no restante do país, porém, o município falha em sua transparência em demonstrar o porquê desse aumento de R\$ 1,00. Portanto, a questão da tarifa é basicamente a necessidade de devida uma prestação de contas à população, com valores corretos, levantamentos e etc. Os dados relativos são uma forma de esconder dados sensíveis, uma política ineficiente entre a Prefeitura de Curitiba e o Governo do Estado do Paraná para conseguir subsídios, e quando eles não são suficientes para repassar aos empresários, ambas penalizam a população com o aumento de tarifa. Desde 2019 a tarifa técnica vem sendo reajustada quase que mensalmente, tendo sido reajustada 22 vezes, tarifa esta que é paga aos empresários... Portanto, por que a tarifa não foi reajustada neste período? Uma das possíveis



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

razões levantadas por Luiz é por conta da política de subsídio que o município adota não é sustentável, dependendo do orçamento anual e das alianças políticas com o Governo Estadual. Além disso, outra razão pode ser o fator político, sendo mais vantajoso reajustar a tarifa em um período longínquo da eleição para Prefeito - que acontecerá em 2024. Ademais, o reajuste está acima da inflação acumulada desde 2019 (cerca de 18%), sendo 22%. Esse reajuste é uma afronta aos direitos humanos, visto que, além de obrigar muitos passageiros a utilizar outros meios de transporte - a pé, de bicicleta e etc -, desgastando ainda mais a população, além da óbvia penalização da renda - que nos últimos anos já foi durante afetada em praticamente todos os âmbitos com o Governo atual. A conselheira Leo Ribas destacou que o aumento da tarifa também produz um aumento na evasão escolar e a diminuição no acesso à lazer e a cultura, sendo favorável somente ao lucro dos empresários. O conselheiro Clau destacou que há muitas dificuldades no transporte escolar e as escolas da periferia não têm vagas suficientes, além de que, o Novo Ensino Médio acabou destruindo toda a organização da Educação e das Escolas, tendo algumas tendo o EM somente no período noturno - prejudicando demais o ensino. A conselheira Rute indicou que o fortalecimento do Movimento na Capital é essencial também para o interior e que o COPED possa fortalecer e apoiar a contrariedade do aumento das passagens na Capital, pois é um efeito em cascata para todo o Estado do Paraná. O conselheiro Aurélio sugeriu que seja encaminhado um documento à Associação dos Municípios do Estado do Paraná para que todo processo de mudança de tarifa o COPED ou as entidades representativas dos municípios sejam ouvidas e consultadas para que a sociedade seja ouvida. A conselheira Jucimeri acrescentou demais aspectos que tiveram seus efeitos sociais na pandemia, pois segundo ela, Curitiba é a cidade com o custo de vida mais alto do Brasil e o transporte certamente fará a cidade continuar nesta posição. Visto isso, deve-se trazer ao debate a retirada da definição da Tarifa Social do campo técnico e de custos para o campo de Direitos, pois a Educação é um serviço essencial. Por fim, a conselheira Jucimeri destacou a necessidade que os Movimentos Sociais e os Conselhos de Direitos tencionar o Legislativo para que este lhes forneça uma resposta em termos orçamentários que priorize o conjunto dos direitos humanos, definindo pisos emergências para garantir serviços essenciais. O presidente Marcel indicou que



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

a atual gestão da Prefeitura de Curitiba pouco fez no período pandêmico, a não ser, é claro, subsídios para as empresas de transporte público, afetando diversos outros setores. Como proposta de encaminhamento, Marcel, solicitou que a Prefeitura de Curitiba e a URBS sejam oficiadas solicitando a cópia integral dos dois protocolos apresentados no decreto de aumento da tarifa para que sejam fornecidos aos Movimentos Sociais e estudiosos do assunto. Luiz Calhau sugeriu que seja encaminhada para a Prefeitura de Curitiba uma solicitação de maior transparência sobre os custos do transporte público na cidade e que se posicionem sobre a renovação em 2025. Neste contexto, será elaborada em conjunto uma recomendação à prefeitura. Ademais, o presidente Marcel sugeriu que a AMP seja oficiada solicitando a criação de um Fórum Estadual de Avaliação de Transporte Público. A mesma recomendação que será encaminhada à Prefeitura deverá ser encaminhada à Câmara Municipal. Por fim, a sec. Jane listou os encaminhamentos: oficialar a Prefeitura de Curitiba e a URBS solicitando cópia integral dos protocolos; oficialar a AMP solicitando a criação de um Fórum Estadual de Avaliação do Transporte Público; Recomendação à Prefeitura de Curitiba e a Câmara Municipal solicitando transparência sobre os custos do transporte público; oficialar ao MP e ao TCE consultando se há investigação em curso ou pedindo a abertura de investigação sobre o aumento da tarifa; oficialar o Governo do Estado do Paraná sobre os critérios utilizados para subsidiar. Os encaminhamentos foram aprovados pelo pleno. **6. Apresentação do Projeto Estratégico do MPPR, denominado**

Ministério Público, Democracia Participativa e Conselhos de Direitos Humanos: A conselheira Lena realizou a apresentação do projeto via *slides* com o auxílio da estagiária Vitória e da assistente social Giovana. Em primeiro lugar, destacou que o Centro de Apoio realiza um trabalho de orientação e subsidia o trabalho das Promotorias de Justiça de execução. Em sua apresentação, Lena indicou que o Planejamento Estratégico visa medidas para uma década (2019-2029) e que o projeto deverá atender grupos vulnerabilizados e pessoas que sofrem violências. O objetivo geral do projeto é fomentar a criação e/ou a regularização de Conselhos Municipais de Políticas de Direitos Humanos, enquanto espaços legítimos para proposição e monitoramento de políticas públicas. Os objetivos específicos são divididos em 3, o primeiro deles é realizar um diagnóstico quantitativo e qualitativo sobre Conselhos e Políticas



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

Públicas de Direitos Humanos no Paraná (existência de Planos Municipais e de outros espaços, como comitês e comissões), especialmente aqueles voltados às Políticas para as Mulheres, a Igualdade Étnico-Racial, os Migrantes e Refugiados, a Pessoa com Deficiência, a População LGBTI+, a População em Situação de Rua, os Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Justiça de Transição. O segundo objetivo específico é de incentivar e subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos na criação, implementação e fiscalização de Conselhos Municipais de Políticas de Direitos Humanos. O terceiro objetivo específico é identificar os Órgãos Gestores das Políticas Públicas voltadas à proteção e à promoção dos Direitos Humanos. Por fim, identificar Organizações da Sociedade Civil atuantes no campo de Direitos Humanos nos municípios do Paraná para estímulo e fortalecimento do trabalho em rede. Visto isso, o COPED poderá contribuir divulgando o projeto, apoiando a articulação nos municípios e fazendo um levantamento das organizações da sociedade civil. O conselheiro Aurélio colocou a AMP à disposição para realizar a articulação com os municípios. Além disso, o conselheiro Marcel sugeriu que o CAOP pense como pode contribuir para as mentes e corações de todos os promotores e promotoras públicas do Paraná, pois ela tendem a lidar com muita vulnerabilidade em seus atendimentos. As propostas de encaminhamento para o Projeto foram aprovadas pelo pleno. **7. Retorno das Atividades Presenciais nos Serviços Públicos:** O presidente Marcel pôs em debate a convocatória dos conselheiros e conselheiras do interior, para que essas, possam gradativamente se deslocar para a capital e participar presencialmente das reuniões do COPED. Em seguida, Marcel destacou que chama sua atenção diversos órgãos, reabrindo suas atividades presenciais com controle da vacinação de seus participantes e alguns ainda não seguindo as recomendações - por exemplo a Assembleia -, restringindo o acesso da população a esses espaços. Visto isso, Marcel sugeriu que seja elaborada uma resolução para que sejam reabertas exigindo o comprovante de vacinação de todos (as) que comparecerem. A conselheira Bruna também destacou que conforme os casos diminuem e a vacinação aumenta, faz-se necessária a retomada das atividades para melhor efetividade da realização das atividades dos conselhos e comissões, pois em formato *online* a participação é muito baixa e as atribuições ficam somente para uma pessoa. O conselheiro



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

Aurélio solicitou que a próxima reunião do conselho já seja presencial para todos (as) conselheiros (as) que desejem participar e virtual/híbrida para os demais que não quiserem/puderem. A conselheira Waleiska solicitou que, mesmo com a volta das reuniões presenciais, o COPED garanta a participação dos (as) conselheiros (as) suplentes mesmo que os titulares participem, ou seja, os que não possuem direito ao custeio de viagens e estadia da SEJUF possam acompanhar e ter direito a fala de modo virtual. Em relação às comissões, a conselheira Waleiska solicitou que as reuniões sejam realizadas de maneira *online* para garantir a participação daqueles (as) que são do interior do estado. O presidente Marcel respondeu que conforme a estrutura disponibilizada pela SEJUF, os (as) conselheiros (as) do interior que estiverem apenas no formato *online* devem ter apenas função de espectador por meio das transmissões via *Youtube* e *Facebook*. A conselheira Bruna destacou que manter o formato híbrido ou totalmente *online* é bom apenas para o Governo do Estado, que gradativamente irá exigir que as reuniões sejam neste formato para cortar gastos, afetando assim, diretamente os trabalhos realizados pelos Conselhos de Direitos Humanos. O presidente Marcel destacou a importância do COPED realizar reuniões presenciais o quanto antes, para que assim, possa cobrar outros órgãos a abrirem seus espaços ao público novamente. Por fim, Marcel sugeriu que seja convocada uma reunião de maneira híbrida se algum titular informar não poder estar presencial, que seja convocado o suplente - com custeio da viagem caso seja do interior. A sec. Jane informou que juntamente com a solicitação de pauta será enviado o formulário de solicitação de viagem, sendo responsabilidade dos (as) conselheiros (as) em adequar quais representantes irão participar presencialmente. O presidente Marcel sugeriu que o COPED solicite o comprovante de vacinação de todos (as) que vierem presencialmente. Além disso, o COPED deverá oficiar o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas consultando a abertura dos serviços exigindo comprovante de vacinação. A conselheira Rute acrescentou que a Associação dos Vereadores seja oficiada. Portanto, foi posto em votação o modelo de reunião que o COPED deverá realizar no mês de Abril: híbrido ou presencial. A conselheira Rute votou contrariamente ao formato híbrido. A conselheira Leo Ribas votou a favor do formato híbrido. A conselheira Bruna Ravena votou contrariamente ao formato híbrido. O



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

conselheiro Leonildo votou contrariamente ao formato híbrido. O conselheiro Aurélio votou a favor do formato híbrido. O conselheiro Jorasi votou contrariamente ao formato híbrido. Os demais conselheiros (as) não se manifestaram. **8. Violações aos Direitos Humanos decorrentes das inconstitucionalidades dos repasses (ADIN 6280/PR):** O conselheiro Cláudio destacou que as violações dos Direitos Humanos começam no orçamento e quando este suporta algumas inconstitucionalidades atinge a sociedade como um todo. Tendo isso em vista, o conselheiro ressaltou que não se pode fazer transferência de valores tendo como base as receitas do Estado, isso está previsto no Artigo 167 Inciso IV da Constituição Federal e infelizmente no Estado do Paraná foi criado um dispositivo que viola esse artigo. Neste dispositivo, foi estabelecido 5% para o Legislativo, 1,9% para o Tribunal de Contas, 9,5% para o Judiciário e 4,1% Ministério Público. Somando aos gastos obrigatórios isso dará 60,6% de toda a arrecadação do Estado do Paraná. Além disso, outra fase agravou ainda mais a situação, em 2010 foi incluído na base de cálculo desses repasses o Fundo de Participação dos Estados que representou 487 milhões de reais por ano que se retira do Poder Executivo. Além disso, ainda foi criado o 'Fundos Especiais' - onde os valores que "sobram" são depositados no final do exercício - que viola o Artigo 56 da Lei 4320/64: *Art. 56. O recolhimento de tôdas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.* Portanto, esse formato de repasses de recursos é inconstitucional em diversos aspectos e que devem ser cobradas providências e posicionamento aos órgãos competentes, anteriormente à Advocacia Geral da União reconheceu a inconstitucionalidade na forma em que estão sendo feitos os repasses entre os poderes, violando o Artigo 167 Inciso IV da Constituição Federal. Visto isso, o conselheiro Cláudio trouxe a pauta para o COPED para debater e cobrar dos órgãos competentes maior atenção a essa inconstitucionalidade que vem acontecendo no Estado do Paraná. O presidente Marcel sugeriu que outros conselhos de direitos sejam provocados sobre o debate e que seja convocada uma Audiência Pública sobre o assunto. O conselheiro Cláudio sugeriu a elaboração de um ofício do COPED à OAB Nacional e ao Tribunal de Contas da União, além de uma Audiência Pública de Interconselhos. O presidente Marcel retirou a proposta de audiência, solicitando que seja apenas oficiado para acumular



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

debate e tentar reativar o Fórum Interconselhos e pautar o assunto. Os encaminhamentos foram aprovados. **9. Organização das Comissões:** A conselheira Waleiska destacou que as denúncias que chegam na Comissão de Monitoramento dos Sistemas de Privação de Liberdade são majoritariamente denúncias **muito sérias** e que envolvem a vida de alguém que está sendo ameaçada, portanto, não se pode aguardar meses até que se consiga viabilizar datas na agenda dos membros da comissão. Atualmente, a estrutura de funcionamento do COPED possui uma secretária-executiva e um *e-mail* em que são recebidas as denúncias, porém, devido a alta demanda de trabalhos acumulados pela secretária-executiva com o COPED e os demais conselhos de direitos, não há meios para agilizar os processos das comissões, não tendo uma servidora para atender diretamente as demandas do COPED. Sendo assim, a conselheira Waleiska sugeriu que a Comissão possua um *e-mail* vinculado ao COPED para tratar das denúncias que são recebidas, com maior autonomia e dependendo menos da secretária-executiva para realizar os encaminhamentos necessários no menor tempo possível. A sec. Jane informou que pode ser criado um *email* da @sejuf.pr.gov.br e que a senha deverá ser de responsabilidade do (a) coordenador (a) da Comissão e a secretária-executiva não terá acesso ao *e-mail* e a senha. Portanto, o (a) coordenador (a) que fizer a solicitação de *e-mail* exclusivo deverá se responsabilizar pela conta, sendo veementemente proibida a distribuição da senha.

11. Relato das Comissões: O presidente Marcel solicitou que a reunião no período da tarde não seja transmitida nos canais oficiais por conter dados delicados que não devem ser divulgados publicamente. Além disso, indicou que a conselheira Crisca necessita de auxílio na Comissão de Combate ao Racismo em Defesa dos Povos Tradicionais e das Religiões de Matriz Africana. Em seguida, a secretária-executiva apresentou a todos (as) as pautas das comissões para destaque **11.1 Comissão de Acompanhamento Legislativo e Litigância Estratégica:** Marcel relatou que a comissão está cheia de pautas e protocolos que não foram entregues, destacando que, não irá se sentir culpado pelo acúmulo de pautas, pois já abrange muitas demandas no conselho e torna-se inviável sanar todas. **11.2 Comissão de Atenção à População em Situação de Rua, Direito à Cidade e a Moradia:** O conselheiro Leonildo destacou que muitos (as) conselheiros (as) trabalham apenas em prol de suas pautas e diversos



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

conselheiros governamentais sequer aparecem nas reuniões, sendo assim, faz-se necessários todos (as) repensar seus papéis dentro deste conselho, pois ele trabalha em prol dos Direitos Humanos e não somente para suas *bandeiras*. **11.3 Comissão de Combate ao Racismo em Defesa dos Povos Tradicionais e das Religiões de Matriz Africana:** O presidente Marcel apresentou uma denúncia encaminhada por *e-mail* pelo Pai de Santo Jorge de um terreiro de Colombo, Região Metropolitana de Curitiba. Jorge enviou em anexo a seguinte notícia sobre o caso [Terreiro na Região de Curitiba sofre ataque racista “seu lugar é na senzala”](#) e um breve relato sobre as ações. Visto isso, Marcel sugeriu que seja oficiada à Prefeitura e o Ministério Público solicitando maiores informações sobre o caso e que o COPED já aponte a sua preocupação sobre um possível preconceito religioso pela natureza da fé exercida no espaço. A conselheira Rute indicou que é de extrema importância os membros da comissão redigirem o texto do ofício para aprimoramento dos crimes cometidos. **11.6 Comissão de Monitoramento dos Sistemas de Privação de Liberdade:** A conselheira Waleiska convidou para o Encontro das Famílias das pessoas em privação de liberdade, pois dialoga com diversos tipos de violações de direitos de direitos humanos, de mulheres, de religião, das crianças, questões raciais e etc. O encontro será realizado no dia 26 de Março. **11.9 Comissão em Defesa dos Direitos da População LGBTI+:** A conselheira Bruna indicou que não tem conhecimento do caso da Ana Paula Campestrini e nem das violações em Faxinal/PR, pois ambas são pendências de outras gestões. Referente ao caso da menina trans, ela foi brutalmente agredida e violentada por mais de 20 pessoas e que independente de ela ter causado algum dano ao patrimônio alheio, não é justificável ela ser linchada, gravada e exposta ao ridículo. Em referência ao caso de um menino gay que está sendo ameaçado pelo vizinho na cidade de Santa Terezinha, ele foi até a Delegacia de Foz de Iguaçu juntamente com o advogado voluntário da instituição para lavrar a ocorrência. Desde então, surgiu um perfil *fake* ameaçando o jovem dizendo que era primo do vizinho e que caso acontecesse algo iria atrás dele. A conselheira Leo Ribas informou que com relação ao caso da Ana Paula Campestrini foi para Júri Popular e estão sendo aguardados novos encaminhamentos, sendo possível o arquivamento do caso pela comissão. Além disso, recebeu uma denúncia de um homem trans que vai trabalhar



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

de bicicleta e um dia foi abordado por um outro homem em uma motocicleta e bateu no rapaz, ameaçando-o dizendo que “a próxima vez que ele passar pela rua ele não iria ficar vivo”. A placa da moto foi anotada e estão sendo aguardadas novas informações, além da realização do atendimento psicológico. O presidente Marcel recebeu uma denúncia de um homem gay altamente violentado que foi atendido por ele realizando o atendimento psicológico e o encaminhamento pela Delegacia. Ademais, Marcel destacou que se houver qualquer problema com a Polícia Civil que entrem em contato com o conselheiro Cláudio Marques e que as conselheiras informem os números dos Boletins de Ocorrência para que o COPED officie a Polícia Civil e o Ministério Público de Foz de Iguaçu pedindo providências para a aprovação rigorosa desses dois casos. **12. Comissões Temporárias e GT's. 12.2 GT de Comunicação:** A conselheira Waleiska destacou que na gestão passada foi identificado que muitas pessoas não sabiam do trabalho do COPED, pois o mesmo não era divulgado corretamente e isso é um empecilho que pode travar a chegada de mais ações. Portanto, foi criada a página do COPED - devido ao alto preço que foi cobrado pela CELEPAR para construção de um *site* - e quem cuidava das artes era o ex-conselheiro Diego, ficando assim, nesta gestão, sem alguém responsável pela criação dos conteúdos e hoje em dia são postadas apenas informações avulsas trazidas pelos (as) conselheiros (as). Foram debatidos os seguintes tópicos durante a reunião do GT: Site - arquitetura igual ao do Conselho Estadual da Mulher; Fluxo da Notícia - jornalista COPED e jornalista da SEJUF; Fluxo de técnica da transmissão ao vivo das plenárias; Chamamento público simplificado para voluntário para produção de conteúdo das redes sociais do COPED; Alimentação diária da página. O presidente Marcel solicitou que seja enviado *e-mail* próprio para todos (as) conselheiros (as) reforçando a solicitação de conteúdos para a página do COPED. O conselheiro Aurélio sugeriu que seja encaminhado um pedido formal ao Secretário de Estado da Comunicação Social e da Cultura, João Evaristo Debiasi, para que se destaque um (a) jornalista para cobrir os eventos dos conselhos em geral. Em seguida, que seja criado um *link* ou *banner* no site da SEJUF para redirecionar para o *site* do conselho e como entrar em contato para reportar casos de violações de direitos humanos. Por fim, a conselheira Waleiska solicitou que seja solicitada uma agenda com a SEJUF para tratar sobre temas pertinentes à



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

comunicação do COPED. **13. Encerramento:** Por fim, após debater os relatos das comissões e grupos de trabalho, o presidente em exercício, Marcel, agradeceu a presença de todos e todas e encerrou a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPED - PR). A presente ata foi lavrada pelo estagiário Davi da Rosa e revisada pela secretaria executiva Jane Vasques.